

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/348001679>

A precarização do habitar e a financeirização do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA)¹The precariousness of dwelling and the financialization of h...

Article in *Confin* · September 2020

DOI: 10.4000/confin.34401

CITATION

1

READS

48

2 authors, including:



Marcus Souza

Unifesspa

7 PUBLICATIONS 7 CITATIONS

SEE PROFILE

Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia

48 | 2020 :
Número 48

A precarização do habitar e a financeirização do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA)¹

The precariousness of dwelling and the financialization of habitat: analysis of the Minha Casa Minha Vida Program in Marabá (PA)

La précarité de l'habitation et la financiarisation de l'habitat: analyse du programme Minha Casa Minha Vida à Marabá (PA)

MARCUS VINICIUS MARIANO DE SOUZA ET DIONEL BARBOSA FERREIRA
JÚNIOR

<https://doi.org/10.4000/confins.34401>

Résumés

Português English Français

Neste trabalho analisamos o Programa Minha Casa Minha Vida a partir da perspectiva da financeirização da produção imobiliária no Brasil e da precariedade das obras deste programa, tanto na questão da infraestrutura como na inserção urbana. A análise foi realizada no Residencial Tiradentes, na cidade de Marabá, Pará, Brasil. O estudo utilizou como fundamento teórico os conceitos de habitar e habitat de Henri Lefebvre, na perspectiva do direito à cidade. Os resultados do trabalho apontam que em Marabá se repete a tendência brasileira recente de produção da habitação social, que privilegia a realização dos negócios imobiliários e que dificulta a participação do cidadão na vida urbana, ao precarizar o acesso aos equipamentos públicos de saúde, educação, transporte e à própria cidade.

In this work we analyze the Minha Casa Minha Vida Program from the perspective of the financialization of real estate production in Brazil and the precariousness of the works in this program, both in terms of infrastructure and urban insertion. The analysis was carried out at Residencial Tiradentes, in the city of Marabá, Pará, Brazil. The study used Henri Lefebvre's concepts of dwelling and habitat as a theoretical foundation, from the perspective of the right to the city. The results of the work show that in Marabá the recent Brazilian trend in the production of social

housing is repeated, which favors the realization of real estate deals and which hinders citizen participation in urban life, by precarious access to public health, education, transport and the city itself.

Dans ce travail, nous analysons le programme Minha Casa Minha Vida sous l'angle de la financiarisation de la production immobilière au Brésil et de la précarité des travaux de ce programme, tant en termes d'infrastructures que d'insertion urbaine. L'analyse a été réalisée à Residencial Tiradentes, dans la ville de Marabá, Pará, Brésil. L'étude a utilisé les concepts d'Henri Lefebvre de habiter et de l'habitat comme fondement théorique, du point de vue du droit à la ville. Les résultats des travaux montrent qu'à Marabá, la récente tendance brésilienne dans la production de logements sociaux se répète, ce qui favorise la réalisation de transactions immobilières et entrave la participation des citoyens à la vie urbaine, par un accès précaire à la santé publique, à l'éducation, les transports et la ville elle-même.

Entrées d'index

Index de mots-clés : droit à la ville; entreprise immobilière; financiarisation; équipements publics

Index by keywords : right to the city; real state business; financialization; public facilities

Índice de palavras-chaves : direito à cidade; negócios imobiliários; financeirização; equipamentos públicos

Texte intégral



Afficher l'image

- 1 Passados dez anos desde a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, há um significativo número de pesquisas desenvolvidas sobre o programa, nas quais é possível, em grande medida, perceber a correspondência das análises que classificam o programa tanto como medida anticrise, quanto política de combate ao déficit habitacional, conforme autores como Melazzo (2013; 2015), Rolnik (2015), Shimbo (2010; 20112; 2017), Cardoso e Aragão (2011), entre outros.
- 2 No que diz respeito ao aspecto anticrise assumido pelo programa, convém destacar o momento da produção imobiliária brasileira no início do século XXI, marcada pela forte articulação entre Estado, construtoras e capital financeiro, criando um verdadeiro “empresariamento da produção da habitação” (Shimbo, 2017, p.83). Esse processo contribui para que a terra urbana seja cada vez mais encarada como um ativo de valor (Melazzo, 2015), levando à consolidação do espaço enquanto mercadoria e suporte para a reprodução do capital financeiro.
- 3 Enquanto consequência desse movimento na paisagem urbana das cidades brasileiras, percebe-se a formação de extensos bancos de terra, difusão de novos produtos imobiliários, voltados à uma demanda solvável e, também, a efetivação da moradia voltada à habitação social, via PMCMV. Entretanto, a modificação da paisagem urbana e, consequentemente, da dinâmica socioespacial, provocará um cenário nas cidades brasileiras em que o direito à cidade e o direito à habitação (Melazzo, 2015), cada vez mais, se afastam.
- 4 O dissenso entre o direito à cidade e o direito à moradia será tratado neste trabalho a partir dos conceitos de *habitar* e *habitat* de Henri Lefebvre (2001). Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o Programa Minha Casa Minha Vida sob a ótica dos conceitos de

habitar e habitat de Lefebvre (2001), buscando correlacionar tais conceitos com a financeirização da produção imobiliária no Brasil e, ao mesmo tempo, com a precariedade dos conjuntos habitacionais da Faixa 1 do PMCMV, no que diz respeito tanto à infraestrutura quanto à inserção urbana. Para realizar tal análise, adotou-se como recorte espacial o Residencial Tiradentes, localizado na cidade de Marabá-PA.

- 5 Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente foi realizada uma abordagem teórica a respeito dos conceitos que balizam o trabalho, com destaque para a correlação feita entre o *habitat* e a financeirização da produção imobiliária no Brasil e a produção de novas paisagens urbanas, com destaque para o papel do PMCMV. Posteriormente, a relação entre o *habitar* e a precariedade do PMCMV foi realizada através da análise da provisão e acesso a equipamentos públicos coletivos no Residencial Tiradentes, com destaque para a saúde e educação, além de uma avaliação da infraestrutura, tanto pela coleta de dados em campo, quanto pela análise de documentos jurídicos, como uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, que contesta a qualidade do padrão construtivo do residencial em questão. Toda a pesquisa ocorreu entre 2017 e 2020, desde a etapa teórica, trabalhos de campo, análise e sistematização.

A dinâmica contemporânea do crescimento das cidades: o PMCMV, as novas periferias e a financeirização do *habitat*

- 6 A relações socioespaciais que culminam com novas dinâmicas da ‘produção material da cidade’ (Sposito, 2004) tem como um dos seus motores, na contemporaneidade, o movimento de passagem da predominância do capital industrial ao capital financeiro, produzindo o espaço enquanto mercadoria, naquilo que Carlos (2015, p.26) considerou como “produção de um novo espaço sob a forma de produto imobiliário”.
- 7 Essa produção do espaço, a partir de uma nova dinâmica imobiliária, iniciada sobretudo nos anos 2000, tem como características importantes a difusão dos negócios imobiliários para além dos espaços metropolitanos e, também, a expansão dos investimentos em direção ao tecido urbano das periferias, tanto em metrópoles quanto em espaços não-metropolitanos, já que o espaço urbano, enquanto raridade, oportunizou a criação de ‘novos conteúdos nas periferias’ (Volochno, 2015), ‘novas frentes de valorização e novos modos de vida’ (Pádua, 2015) ou mesmo ‘novos habitats urbanos’ (Sposito, 2004a).
- 8 Para que este ‘curto boom imobiliário’ (Sanfelici, 2015) experimentado no Brasil, a partir do século XXI, fosse possível, foram precisas algumas mudanças regulatórias no mercado imobiliário brasileiro, sobretudo para sua internacionalização, atração de investimentos e disponibilização de crédito, para que se reproduzisse o espaço como mercadoria, enquanto condição de realização do capital financeiro.
- 9 Nesse sentido, Royer (2014) afirma que a arquitetura do financiamento habitacional do Brasil, ao invés de buscar o atendimento das necessidades habitacionais do país, combatendo o déficit habitacional, tem se utilizado disso para criação de novos instrumentos de crédito, “mais vocacionados à acumulação financeira de capital que à universalização do direito à moradia” (Royer, 2014, p.25).
- 10 No caso do Brasil, antes mesmo do período da crise econômica internacional de 2008, haviam sido criadas condições para que o capital imobiliário pudesse passar por um período de ascensão, sobretudo por meio das articulações deste com o poder público, afinal, como afirmaram Cardoso e Aragão (2011, p.81) “[...] o capital imobiliário requer condições econômicas, institucionais e sociais específicas para sua expansão”.

- 11 Cardoso e Aragão (2011) e também Shimbo (2010, 2011) afirmam que, antes mesmo da crise de 2008, o Brasil passou por um período de *boom* imobiliário, sobretudo a partir do Governo Lula. Para Shimbo (2010, 2011) a causa deste movimento foi o contexto de estabilidade econômica, queda dos juros de financiamento e o fomento público e privado para o crédito imobiliário. Aliado a estes fatores, a autora ainda enumera um outro quesito importante, que foi a injeção de investimentos estrangeiros nas grandes construtoras, que abriram seu capital a partir de 2005.
- 12 A partir disso, empresas do ramo da construção civil abriram capital na bolsa de valores, lastreando papéis em estoques de terra e lançamentos imobiliários futuros. Desta maneira, foi possível uma maior captação de recursos no mercado de capitais e, conseqüentemente, uma diversificação das empresas, que buscaram novos nichos de atuação, seja em termos de público alvo ou localização espacial (Cardoso; Aragão, 2011).
- 13 Este novo movimento do capital imobiliário, com sua financeirização e as novas estratégias de atuação, como a associação do capital imobiliário na edificação de novos espaços de consumos (shopping centers, redes de hotéis), as possibilidades de financiamento para diferentes classes sociais e uma disseminação de empreendimentos imobiliários para além das áreas metropolitanas demonstram um momento diferenciado da questão imobiliária no cenário nacional, o qual Pereira (2006) denomina de "reestruturação imobiliária".
- 14 Outra novidade desse momento é que os empreendimentos imobiliários irão tomar como alvo de seus investimentos outros espaços urbanos e não mais, apenas, as regiões metropolitanas. Nesse sentido, as cidades médias acabam por se tornar um alvo preferencial dos novos produtos imobiliários, sobretudo na região concentrada do país.
- 15 Sposito (2004a; 2006; 2007), Soares (2006), Silva (2006), entre outros autores, demonstram que em diferentes cidades do Centro-Sul do país começam a apresentar uma nova forma de morar na cidade ou, um "novo habitat urbano" (Sposito, 2004a), caracterizado sobretudo pela proliferação dos loteamentos fechados em cidades médias, o que proporciona também uma nova paisagem nas periferias destas cidades. No caso das cidades médias paulistas, Sposito (2007) afirma que a conjunção dos fatores preço da terra, maior facilidade para mobilidade e alianças locais de poder contribuíram para que os loteamentos fechados procurassem estas cidades para se estabelecerem.
- 16 Diante do cenário da crise econômica internacional de 2008, o governo brasileiro adotou algumas medidas com vistas a tentar diminuir os efeitos desta na economia nacional. Entre estas medidas estão a redução de impostos em alguns setores, tais como, a indústria automobilística; injeção de liquidez em bancos de menor porte, de modo a impulsionar o crédito; manutenção de linhas de crédito por parte dos bancos públicos federais; expansão de financiamento para investimento de longo prazo pelo BNDES; manutenção do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), manutenção dos investimentos em energia e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (Cardoso; Leal, 2009).
- 17 O PMCMV acabou por se tornar o grande impulsionador da produção imobiliária (Melazzo, 2013) pois, lançado como uma medida anticrise, ampliou o volume de crédito e subsídios para aquisição e produção de moradias, sobretudo no chamado 'segmento econômico', que compreende moradias de valor entre 100 e 200 mil reais (Cardoso; Aragão, 2011; Shimbo, 2011). Este programa serviu como medida anticrise pois a construção de moradias, além de gerar efeitos multiplicadores na economia, consegue alocar um volume expressivo de empregos de baixa qualificação contribuindo para a manutenção das fontes de renda e do poder de consumo da população (Cardoso; Aragão, 2011).
- 18 Segundo Fix (2011), durante a crise internacional de 2008 percebeu-se que as ações na bolsa de valores ligadas aos empreendimentos imobiliários apresentavam um forte viés especulativo, fazendo com que muitas empresas não pudessem cumprir as metas prometidas. Segundo a autora, durante a queda da Bovespa, no início da crise, as empresas do setor de construção foram as que apresentaram os piores resultados. Pelo

fato da construção civil ser um setor que gera expressiva quantidade de empregos, isso é usado pelo governo para apresentar um pacote de medidas para superar a crise e salvar as empresas do *débâcle*, que tem como carro-chefe o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em abril de 2009 (Fix, 2011; Rolnik, 2015).

19 De tal forma, a avaliação aqui realizada é de que o programa colaborou para ampliar a reprodução do espaço urbano enquanto mercadoria a ser apropriada, ao invés de atacar diretamente o problema do déficit habitacional brasileiro, corroborando com a ideia de que a habitação e o crédito habitacional foram utilizados no Brasil a serviço da acumulação de capital, fazendo com os instrumentos de crédito se transformassem no “objetivo principal da política habitacional, independentemente de sua adequação para atacar o problema” (Royer, 2014, p.26).

20 Entre os efeitos espaciais resultantes desse movimento de financeirização da política habitacional está o aumento das descontinuidades no tecido urbano, o que acaba por configurar a dispersão urbana, entendida como resultante de um processo mais amplo de urbanização difusa (Sposito; Góes, 2013) e que tem como características o crescimento territorial acentuado e a conseqüente perda da continuidade territorial, a diminuição das densidades no sentido centro-periferia, além da ampla segmentação social (Catalão, 2015).

21 Entretanto, o processo de dispersão urbana apresenta distintas facetas na produção do espaço urbano, na medida em que uma das suas características é a segmentação social, como dito anteriormente. Por um lado, se apresentam os condomínios residenciais privados, envolvidos em uma série de discursos que se utilizam de preceitos como o a presença do 'verde', a exclusividade e sobretudo a segurança, com o intuito de criar nos prováveis consumidores novas necessidades, tendo nesses preceitos os argumentos que justificam o surgimento de um novo 'habitat' na cidade de forma dispersa, distante das centralidades tradicionais, revelando a “autossegregação como desejo de consumo” (Pádua, 2015, p.146).

22 Por outro lado, também se produz de forma dispersa, através do PMCMV, a construção de conjuntos habitacionais, destinados à Faixa 1 do programa, em áreas precárias em infraestruturas e condições de acesso, o que acarreta em outro problema, que é onerar os cofres públicos pela necessidade de se levar até estas novas áreas os equipamentos básicos à reprodução social, como as redes de infraestruturas (água, saneamento, energia), transporte público, equipamentos de saúde, educação e lazer, entre outros. Representam-se, assim, as novas facetas da paisagem da periferia, tanto das metrópoles quanto de cidades médias/porte médio brasileiras, tal como Marabá, que será posteriormente analisada.

23 Assim, considerando que anteriormente foram mencionadas distintas facetas do processo de dispersão urbana, em ambas estão presentes a ideia de financeirização do *habitat*, entendido a partir da concepção de Lefebvre (2001). Por um lado, a partir dos condomínios residenciais fechados, o imaginário do habitat provoca o sentido de negação da cidade, em que a prática social dispensa a necessidade de um sistema: “O projeto dos promotores de venda se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (Lefebvre, 2001, p.32).

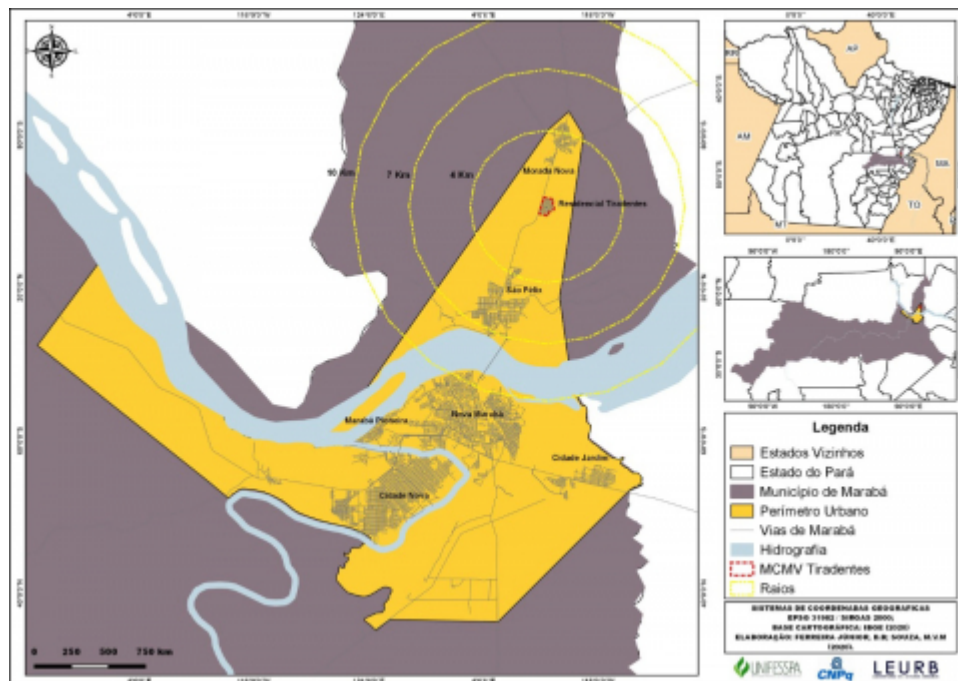
24 Por outro lado, mas também manifestando a financeirização do habitat, os conjuntos habitacionais do PMCMV, ao serem criados com preceitos de uma “produção imobiliária-financeira-estatista” (Volochko, 2015, p.111), que através do habitat imaginam a ascensão à propriedade, acabam por privilegiar os negócios imobiliários, dificultando, assim, a participação do cidadão na vida social da cidade, dissipando a sua consciência urbana e, portanto, precarizando o *habitar* (Lefebvre, 2001), ideia que será debatida a seguir.

O PMCMV em Marabá: a precarização do *habitar*

25 Para Lefebvre (2001, p.23), o *habitar* significa

[...] participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade [...] a vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem.

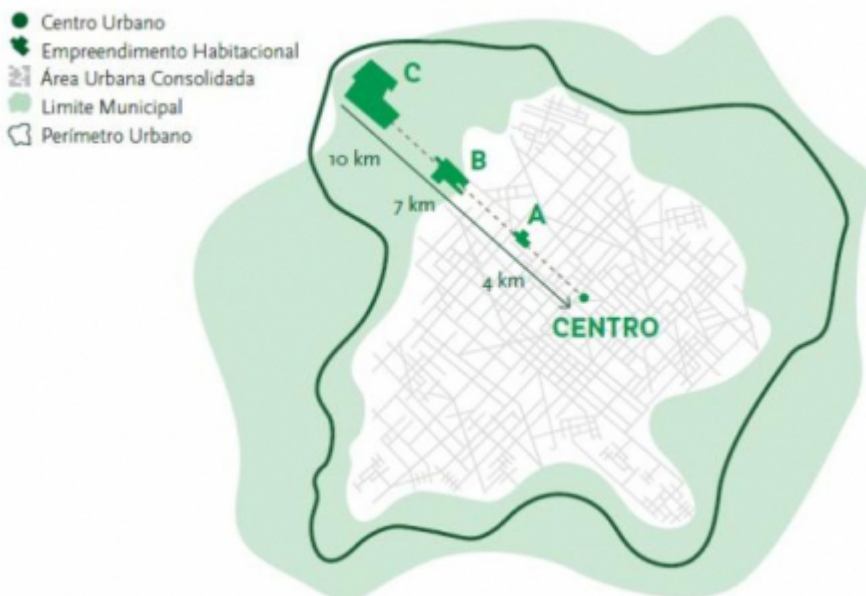
- 26 A análise que se segue pretende demonstrar que o PMCMV, materializado nos conjuntos habitacionais da Faixa 1, a exemplo da financeirização do *habitat*, não tem proporcionado aos seus moradores a oportunidade de vivenciar a cidade, ampliando desigualdades socioespaciais e, portanto, precarizando o *habitar*. Como afirma Pádua (2019, p.482), “o habitar não se reduz ao âmbito da casa, mas se expande ao âmbito da vida na cidade, à vida urbana, e a pesquisa sobre o habitar se pretende uma pesquisa sobre o modo como se vive concretamente a cidade”.
- 27 A construção de empreendimentos ligados ao PMCMV em Marabá não foge à realidade do que é o programa no restante do país, porém, cada cidade carrega singularidades que congregam a situação nacional (e internacional) - às quais se alinham o programa - com as especificidades locais. Nesse sentido, é importante salientar que, a respeito de Marabá, a partir de 2008 inicia-se um processo de expansão do tecido urbano, em virtude da possibilidade da efetivação de um empreendimento siderúrgico denominado ALPA (Aços Laminados do Pará), que acabou por não se concretizar, mas que provocou um aumento do tecido urbano na ordem de 35% somente entre 2009 e 2013, através da produção do espaço urbano por meio de diferentes lógicas de atuação, como destaca o trabalho de Souza (2015).
- 28 Diante de tais cenários locais, contribuem para expansão e modificação das paisagens urbanas os empreendimentos do PMCMV destinados à Faixa 1, aquela que atende famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00². Em Marabá, a partir de 2012, são lançados, nesta Faixa, os empreendimentos: Residencial Vale do Tocantins (2012, com 1.090 unidades), Residencial Tiradentes (2012, com 1.410 unidades), Jardim do Éden (2015, com 968 unidades), além do Residencial Magalhães (em obras, com 3.000 unidades).
- 29 Com base no cenário brevemente descrito anteriormente, o presente artigo objetiva realizar uma análise a partir do Residencial Tiradentes, em Marabá, adotando como premissa que as unidades habitacionais desta faixa do programa têm se caracterizado por serem instaladas nas áreas mais periféricas das cidades, num momento marcado pela financeirização do *habitat* e, por conta disso, tem levado à exacerbação de alguns problemas já enfrentados nestes ambientes urbanos, como a falta de equipamentos públicos coletivos nas áreas mais periféricas e a ineficiência dos transportes coletivos, contribuindo, assim, para a ampliação de desigualdades socioespaciais, caracterizando a precariedade do *habitar*.
- 30 Um primeiro fator importante sobre o Residencial Tiradentes diz respeito à situação urbana. Marabá, que em 2019 completou 106 anos de emancipação política, possui uma estrutura urbana complexa. A cidade está estruturada em cinco núcleos³ urbanos descontínuos, sobretudo em função das características ambientais do sítio urbano, cortado por dois rios (Tocantins e Itacaiúnas). Todos os conjuntos habitacionais do PMCMV estão localizados nos núcleos urbanos de São Félix e Morada Nova, que são os mais distantes da área central. O residencial Tiradentes está localizado a 22 quilômetros da Marabá Pioneira, como na Figura 1.
- 31 A partir destas informações, o local de residência anterior dos moradores dos residenciais torna-se importante para determinar novas relações que deverão ser estabelecidas entre estes e a cidade, devido às novas distâncias que serão percorridas para atender as necessidades cotidianas. No caso do Residencial Tiradentes, apenas 20% dos habitantes eram anteriormente moradores do núcleo Morada Nova, onde se encontra o residencial. Assim, percebe-se que a grande maioria da população anteriormente era moradora de outros núcleos da cidade, demonstrando que a criação do Tiradentes provocou um significativo deslocamento de pessoas para esta área de Marabá, o que causa um aumento na pressão sobre os equipamentos públicos existentes, como escolas e postos de saúde e um aumento na demanda por transportes para o local.

Figura 1 – Localização do Residencial Tiradentes em Marabá (PA)

Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)

- 32 A partir deste dado, é possível traçar um comparativo com estudos realizados pelo próprio Governo Federal – Cadernos Minha Casa + Sustentável (Brasil, 2017) – a respeito da qualificação da inserção urbana e dos custos referenciais do PMCMV. O referido trabalho atesta que “O exercício pleno do direito à moradia compreende o acesso à mobilidade, infraestrutura urbana, equipamentos comunitários e serviços públicos” (Brasil, 2017, p.14), ou seja, não basta a disponibilidade da residência em si, mas é preciso criar condições para o exercício do direito à cidade, compreendido como direito à vida urbana, ao habitat e ao habitar, conforme a concepção de Lefebvre (2001).
- 33 O “Cadernos Minha Casa + Sustentável” (Brasil, 2017) apresenta um modelo hipotético de localização de empreendimentos do PMCMV, em três distintas situações locais dentro do espaço urbano, com o intuito de realizar uma “análise comparativa de custos adicionais para a qualificação da inserção urbana de um mesmo empreendimento” (Brasil, 2017, p.16), nos contextos analisados.
- 34 Na situação A, considera-se a localização do empreendimento em área urbana consolidada, distante quatro quilômetros do centro urbano do município e dotada de equipamentos e serviços públicos; a situação B apresenta, hipoteticamente, residenciais localizados nas bordas do centro urbano, distante cerca de sete quilômetros deste, em área com oferta de infraestrutura e equipamentos públicos insuficiente para atender a nova demanda; já no cenário C, se apresenta um empreendimento localizado dentro do perímetro urbano, fora da área urbana consolidada, distante cerca de dez quilômetros da área central e da oferta de bens e serviços públicos. As três situações são exemplificadas na Figura 2.

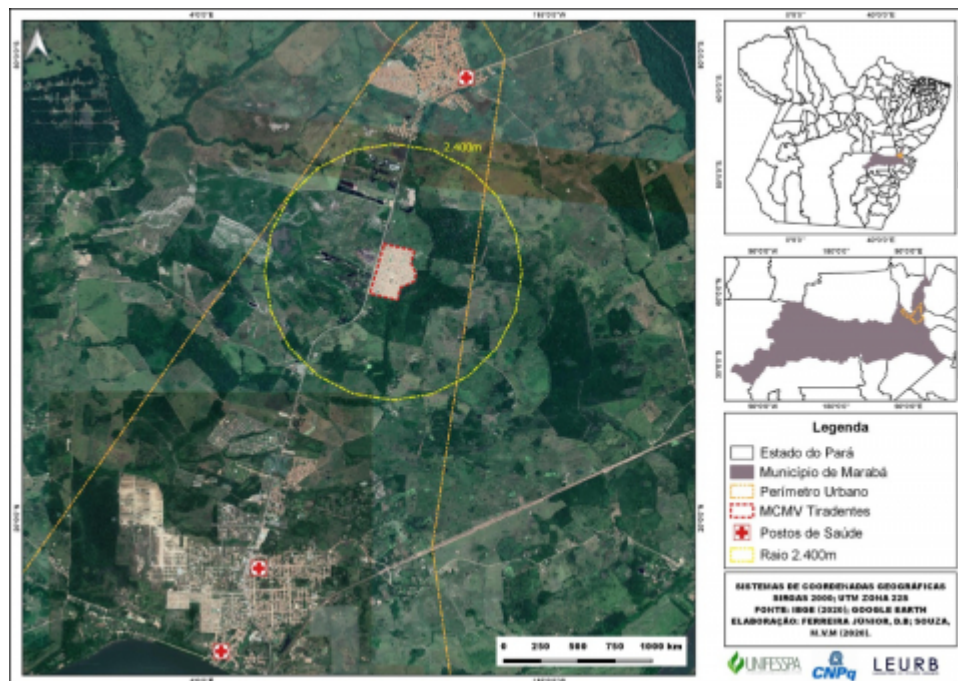
Figura 2 – Localização de empreendimentos do PMCMV em distintos contextos urbanos



Fonte: Brasil (2017)

- 35 Comparando as Figuras 1 e 2 é possível observar que o Residencial Tiradentes se aproxima mais da situação locacional proposta no ‘Cenário C’, com o agravante de que a distância é maior no caso real do que no hipotético. Conforme citado anteriormente, o Tiradentes está a 22 (vinte e dois) quilômetros do núcleo Marabá Pioneira, considerada a principal centralidade de Marabá. De acordo com o trabalho de Brasil (2017), cada um dos cenários hipotéticos apresentados acarretará em diferentes custos adicionais aos cofres públicos, para que sejam satisfeitas as condições de inserção urbana, garantindo, portanto, o *habitar* na cidade.
- 36 Ao comparar-se com a situação do Residencial Tiradentes é possível aferir, por exemplo, que um trabalhador que se desloca para a Marabá Pioneira, percorre 44 quilômetros diários para exercer sua atividade laboral, o que, no acumulado do ano, geraria um total de 11.176 quilômetros percorridos⁴, o que é 2,2 vezes maior do que no hipotético Cenário C. Assim, podemos afirmar que a situação dos residencial Tiradentes é mais crítica do que no ‘pior cenário’ previsto nos estudos do Governo Federal, no que diz respeito aos custos adicionais que serão gerados para que se possa garantir o direito à cidade, através da provisão de serviços e equipamentos públicos e de condições de mobilidade pelo espaço urbano. Como o próprio estudo em questão afirma “percorrer menores distâncias e despende menos tempo com deslocamento acarreta menores custos indiretos para administração local e maior qualidade de vida para a população” (Brasil, 2017, p.40).
- 37 Um dos exemplos em que pode ser demonstrada essa relação entre distância percorrida, qualidade de vida e, conseqüentemente, precarização do habitar, diz respeito ao acesso aos equipamentos públicos de saúde. De acordo com Brasil (2017a), a recomendação, para municípios com população entre 100 e 750 mil habitantes, é que as Unidades Básicas de Saúde estejam a uma distância máxima de 2,4 quilômetros dos conjuntos do PMCMV, o que é considerado uma distância caminhável.
- 38 Entretanto, no caso do Residencial Tiradentes em Marabá, verifica-se a localização das unidades de saúde como mais um elemento que colabora na precarização do habitar. Primeiramente, é preciso frisar que no residencial em questão não existem equipamentos públicos de saúde, o que torna necessário o deslocamento para outras áreas da cidade. Assim, como é possível verificar na Figura 3 a seguir, nos núcleos urbanos mais próximos ao Tiradentes (São Félix e Morada Nova), existem três unidades de saúde, mas nenhuma delas se encontra dentro da distância sugerida de 2,4 quilômetros.

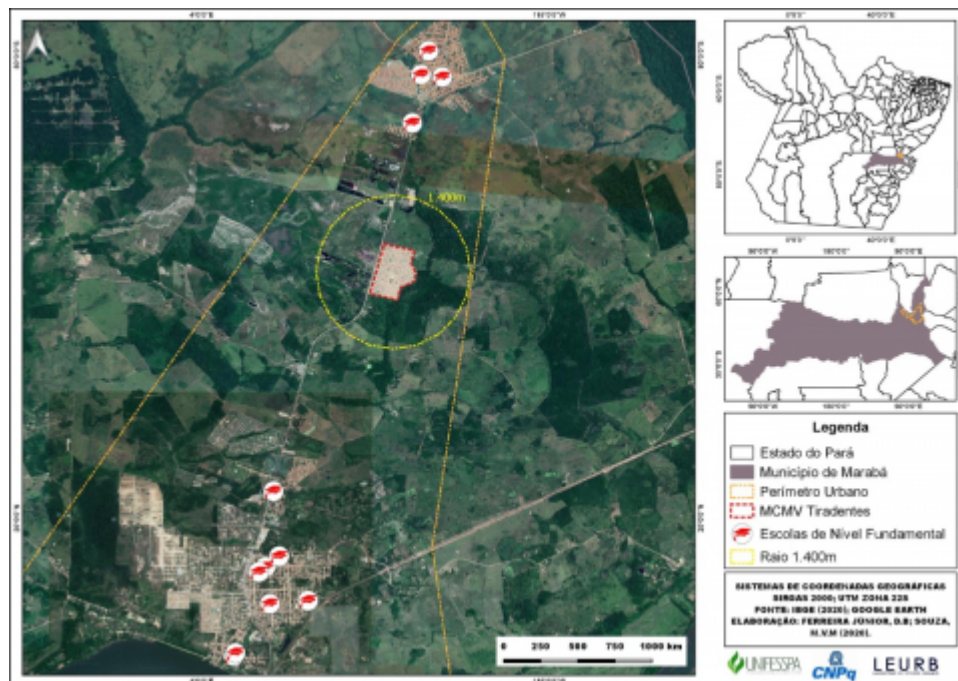
Figura 3 – Localização dos equipamentos de saúde mais próximos ao Residencial Tiradentes – Marabá/PA



Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)

- 39 Situação semelhante também é encontrada no conjunto habitacional em análise quanto à disponibilidade e acesso aos equipamentos públicos de Educação. Atualmente, no Residencial Tiradentes, a única estrutura pública existente é um NEI (Núcleo de Educação Infantil). Escolas (Ensino Fundamental e Médio) são inexistentes, o que torna necessário o deslocamento a outros bairros. Esta situação se agrava com a precariedade na prestação do serviço público de transporte, segundo alegação dos moradores. Na Figura 4 a seguir estão apresentadas as localizações das escolas de ensino fundamental nas imediações do residencial Tiradentes.
- 40 Através da pesquisa de campo foi identificado que em 73% das residências existem crianças e/ou jovens em idade escolar, o que demonstra uma expressiva demanda por estabelecimentos educacionais. Além disso, constatou-se a existência de nove escolas de Ensino Fundamental no Núcleo São Félix e cinco no núcleo Morada Nova, núcleos urbanos mais próximos do conjunto habitacional. As escolas destes dois núcleos urbanos recebem 95% dos estudantes do Tiradentes, conforme a pesquisa de campo realizada. A partir da análise da Figura 4 pode-se perceber a situação de dificuldade à qual se submete a população do residencial para conseguir acesso à educação básica.
- 41 Tal fato contraria as especificações urbanísticas dos empreendimentos destinados ao PMCMV, conforme a Portaria 660 do Ministério das Cidades (Brasil, 2018). No referido documento, assevera-se que o projeto do empreendimento deve garantir que as famílias sejam atendidas com escolas de educação infantil localizadas a, no máximo, 1000 metros de distância do perímetro do empreendimento e, no caso de escolas de ensino fundamental, essa distância deve ser de 1400 metros, no máximo. Não há qualquer menção relativa às escolas de ensino médio.
- 42 As escolas mais próximas do residencial estão distantes, em linha reta, 2.600 metros (Ensino Fundamental) e 3.850 metros (Ensino Médio). Durante a realização da coleta de dados, através de formulários, pode-se verificar que esta situação é minimizada pela existência do transporte escolar, fornecido pelo poder público municipal, sendo que este é o principal meio de deslocamento dos alunos do residencial para as unidades escolares (84% dos deslocamentos casa-escola).

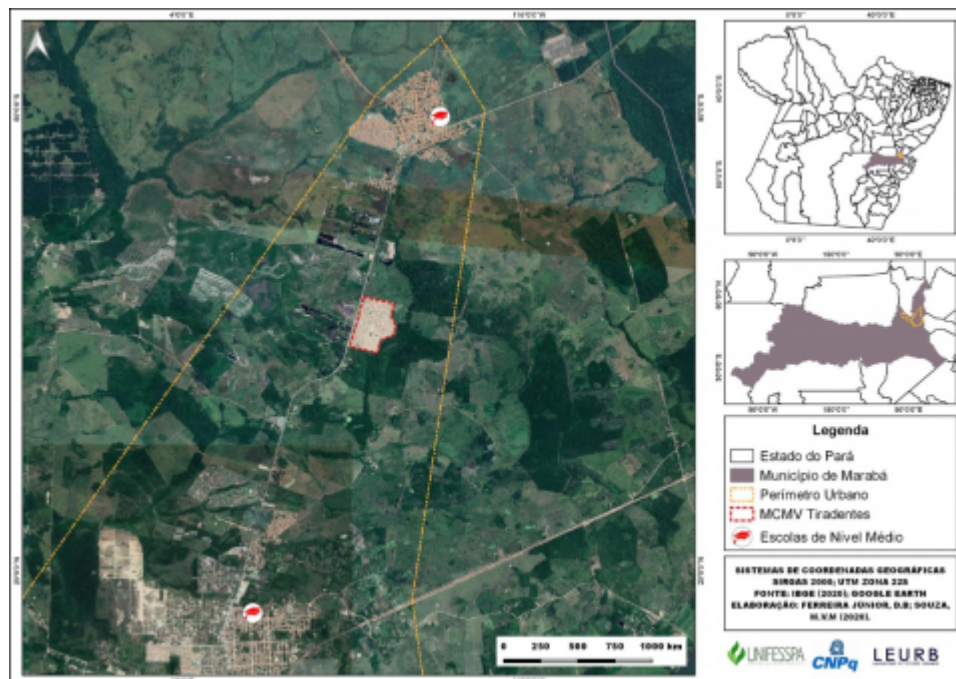
Figura 4 - Localização das Escolas de Ensino Fundamental mais próximas ao Residencial Tiradentes



Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)

- 43 Entretanto, mesmo com a existência do transporte escolar, foi possível verificar que em 6% das residências que possuem crianças/jovens em idade escolar, estes não estavam frequentando o estabelecimento educacional, o que demonstra a existência de evasão escolar. A Figura 5 a seguir apresenta a localização das escolas de Ensino Médio nas proximidades do residencial.
- 44 Mesmo com a presença do transporte escolar, ainda persistem problemas que demonstram a baixa inserção urbana do residencial em questão. Na pesquisa realizada por Gomes (2018) é possível observar que as escolas não estavam preparadas para atender esta nova demanda de alunos, após a instalação dos residenciais do PMCMV. Através de informação verbal, a diretora da EMEF Pedro Peres Fontenelles declarou que “não se teve um preparo para receber os alunos, eles foram chegando e tivemos que criar outro turno mesmo que sendo proibido, pois a escola não suportava a superlotação” (Gomes, 2018, p.42).
- 45 Para além da quantidade de escolas e da acessibilidade a estas, também é necessário analisar a qualidade destes estabelecimentos educacionais que serão utilizados pelos jovens escolares do Tiradentes. Paula e Nogueira (2018), ao analisarem as desigualdades socioespaciais e a escolha de escolas em Belo Horizonte (MG), falam a respeito de uma ‘geografia de oportunidades’, para compreender como o local de residência da família pode ser (ou não) um obstáculo (material ou simbólico) à escolarização dos seus filhos. De antemão, podemos afirmar que a localização do residencial Tiradentes, bem como a composição socioeconômica de suas famílias, restringe o processo de escolha de espaços escolares em quaisquer áreas da cidade, ficando, então, limitados às escolas das proximidades.

Figura 5 – Escolas de Ensino Médio no entorno do residencial Tiradentes



Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)

- 46 A partir da avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é possível analisar a qualidade dos estabelecimentos escolares dos núcleos urbanos de São Félix e Morada Nova, onde estão localizadas as escolas que atendem a maioria absoluta dos estudantes residentes no Tiradentes.
- 47 Conforme disposto no Quadro 1 a seguir, das nove escolas localizadas nos bairros do núcleo São Félix, apenas três possuem nota do IDEB relativa ao ano de 2017. As demais, não cumpriram requisitos, como número de alunos participantes da avaliação, para que a nota pudesse ser divulgada. Das três escolas que possuem nota, duas obtiveram valor considerado abaixo da média observada e estipulada para os Anos Iniciais no município de Marabá⁵.
- 48 No caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, primeiramente se observa que apenas três escolas, dentre as nove localizadas no núcleo São Félix, possuem esta modalidade de ensino. Assim como no caso dos Anos Iniciais, também nos Anos Finais duas escolas destes núcleos ficaram com notas abaixo da média municipal, tanto da nota observada quanto da estipulada.
- 49 A respeito das cinco escolas localizadas no núcleo Morada Nova, a situação é ligeiramente melhor. Apenas três escolas possuem notas do IDEB em 2017, das quais duas obtiveram índices acima da média observada no município. Já para os Anos Finais, observa-se que apenas uma escola de Morada Nova possui esta modalidade de ensino e que a nota obtida foi abaixo da média observada e estipulada para o município.
- 50 Através do Quadro 1 e da análise sobre este, percebe-se que no caso dos Anos Iniciais, as escolas próximas ao Residencial Tiradentes estão equilibradas no que diz respeito a estarem acima ou abaixo da média verificada no IDEB Municipal. O caso se agrava quando se analisa a situação dos Anos Finais. Primeiramente, quanto à disponibilidade de escolas com tal etapa de ensino, já que do total de treze escolas nas proximidades, apenas quatro atendem alunos destes anos. Além disso, não bastasse a baixa disponibilidade, três das quatro escolas obtiveram nota do IDEB inferior à média municipal.

Quadro 1 – IDEB das Escolas de Nível Fundamental dos núcleos de São Félix e Morada Nova, em Marabá (PA).

Quadro 1 – IDEB das Escolas de Nivel Fundamental dos núcleos de São Félix e Morada Nova, em Marabá (PA).

Escola	Bairro	IDEB (2017) Anos Iniciais	IDEB (2017) Anos Finais
EMEF Julieta Gomes Leitão	São Félix	sem média	4,4*
EMEF Walquise Viana da Silveira	São Félix	4,9*	NSA
EMEF São Felix	São Félix	sem média	2,6**
EMEF Profª Maria Rosa Domingues Sá	São Félix	sem média	NSA
EMEF Profª Maria Luiza de Oliveira	São Félix	sem média	NSA
EMEF Pequeno Pajé	São Félix	4,3**	NSA
EMEF Nossa Senhora de Fátima	São Félix	sem média	NSA
EMEF Jarbas Gonçalves Passarinho	São Félix Pioneiro	sem média	NSA
EMEF Evandro dos Santos Viana	São Félix III	4,2**	3,3**
EMEF Profa. Izaura de Fatima Noceti	Morada Nova	sem média	NSA
EMEF Pedro Peres Fontenelle	Morada Nova	sem média	3,5**
EMEF Paulo Umbelino Ferreira	Morada Nova	4,2**	NSA
EMEF Fé em Deus	Morada Nova	5,1*	NSA
EMEF Arco Iris	Morada Nova	4,8*	NSA

*acima do IDEB do Município; **abaixo do IDEB do Município; NSA=Não se aplica

Organização: Souza (2020). Fonte: INEP (2018; 2019)

- 51 A análise da inserção urbana do residencial em tela, por meio da presença/ausência dos equipamentos públicos de uso coletivo permitiu demonstrar a incapacidade, para o caso em questão, do PMCMV em promover a moradia digna, fazendo com que a população residente esteja cada vez mais submetida àquilo que Kowarick (2000) chamou de “situações espoliativas”, cuja manutenção não possibilitará o alcance do direito à cidade. Não apenas a precariedade do acesso aos equipamentos públicos, mas também a qualidade da própria infraestrutura do residencial, são motivos para a precarização do *habitat* e do *habitar*, como será demonstrado a seguir.

A debilidade da infraestrutura e a precariedade do habitat/habitar

- 52 Além dos problemas relacionados à ausência ou ineficiência dos equipamentos públicos de consumo coletivo, como representado anteriormente pela questão das escolas e postos de saúde, a infraestrutura dos residenciais do PMCMV de Marabá demonstra a precariedade do *habitat*, o que ocasiona também a precarização do *habitar*, devido a presença de problemas tanto na residência propriamente dita quanto no conjunto habitacional como um todo.
- 53 A existência de problemas na infraestrutura dos residenciais levou o Ministério Público Federal a entrar com um Ação Civil Pública em 2019, contra a Caixa Econômica Federal (CEF) e a construtora HF Engenharia e Empreendimentos para que as citadas efetuassem

“correções dos vícios e dos defeitos construtivos nas áreas privativas e comuns dos condomínios residenciais Vale do Tocantins e Tiradentes” (MPF, 2019, p.2), em Marabá.

- 54 A partir das diligências realizadas pelo MPF, ficou constatado que a existência dos problemas encontrados é em decorrência de falhas construtivas e de projeto, o que traz uma piora considerável à qualidade de vida da população do local:

a maioria dos problemas relacionados no parecer são visíveis e decorrentes de falhas construtivas e de projeto, caracterizando vícios (*falhas que tornam o imóvel impróprio para o uso ou lhe diminuem o valor*) e defeitos (*falhas que podem afetar a saúde e segurança do consumidor*) de construção que devem ser corrigidos pela construtora, responsável pela solidez e segurança dos empreendimentos (MPF, 2019, p.4, destaques nossos).

- 55 No Quadro 2 apresentado a seguir, estão listados os problemas encontrados pelo MPF nos residenciais do PMCMV em Marabá, tanto nas residências quanto no conjunto habitacional em geral.

Quadro 2 – Vícios construtivos nos residenciais do PMCMV de Marabá

Vícios Construtivos em áreas privativas	Vícios Construtivos nas áreas comuns
<p>Descolamento e destacamento do calçamento externo;</p> <p>Presença de fissuras na parede externa do imóvel;</p> <p>Piso cerâmico com manchas de umidade;</p> <p>Fissuras na parede interna;</p> <p>Presença de infiltração no peitoril da janela;</p> <p>Deterioração da porta metálica;</p> <p>Desalinhamento da parede;</p> <p>Embarrigamento do forro em PVC;</p> <p>Esquadrias metálicas enferrujadas e danificadas;</p> <p>Vazamento nas instalações hidráulicas do banheiro;</p> <p>Afundamento do piso cerâmico;</p> <p>Piso cerâmico sem rejunte, com manchas e danificados</p>	<p>Más condições dos pavimentos, e em situação de degradação elevada;</p> <p>Rede de drenagem incompatível;</p> <p>Calçamento com inúmeras fissuras e meios-fios danificados;</p> <p>Empossamento de água nas áreas da praça, onde foram instalados os equipamentos de lazer para playground infantil;</p> <p>Ausência de mobiliária urbano adequado;</p> <p>Vazamento nas tubulações da rede de esgoto e dejetos sanitários a céu aberto;</p> <p>Mau funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto;</p> <p>Contaminação das águas com Coliformes Totais e <i>Escherichia coli</i></p>

Fonte: MPF (2016, 2019). Organização: Souza (2020).

- 56 Considerando a moradia enquanto espaço fundamental de reprodução da família e referência da vida urbana (Pádua, 2019) fica evidente que os problemas encontrados nos conjuntos habitacionais do PMCMV podem trazer uma série de prejuízos à população, seja no âmbito da utilização do imóvel, segurança, da habitabilidade (conforme Figura 6), mas também com relação aos aspectos psicológicos, como concluiu o MPF (2016, p.50): “devem ser considerados os aspectos estéticos e o fator psicológico, pois as anomalias impressionam negativamente e geram insegurança nos moradores da edificação”.
- 57 Assim, percebe-se que a efetivação do PMCMV em Marabá, no que diz respeito aos empreendimentos habitacionais da Faixa 1, como no caso em questão do Residencial Tiradentes, comprova a amplificação das desigualdades socioespaciais, ao levar o cidadão ao “morar longe”, entendido aqui como distância das centralidades e dos serviços públicos

(Biderman et alii. 2019), o que implica em maiores custos financeiros para participar da vida urbana, quando se tornam mais necessários os constantes deslocamentos para trabalhar, estudar, recrear, ou seja, *habitar* a cidade.

Figura 6 – Situação das vias do Residencial Tiradentes



Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Autor: Marcus V. M. de Souza

58 Ao consagrar a cidade, cada vez mais, enquanto mercadoria, privilegia-se o acesso à urbanidade a determinados estratos sociais em detrimento de outros, que acabam por ficar presos a um lugar, como afirma Bourdieu (2012, p.165), para quem “pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente falando”.

Considerações Finais

59 Ao longo deste trabalho procuramos apresentar como o PMCMV, ao longo de uma década de existência, conseguiu assumir diferentes aspectos, desde uma política pública que poderia ajudar no combate ao déficit habitacional, mas também, quanto instrumento para a acumulação de capital.

60 A partir das análises realizadas, primeiramente pelo debate teórico-conceitual, foi possível entender o referido programa habitacional como instrumento de uma aliança entre poder público, empresas privadas da construção civil e capital financeiro cujos “parâmetros financeiros e a solvabilidade do sistema importam muito mais do que o conteúdo universalizante da política pública” (Shimbo, 2017, p.94).

61 Como consequência, há uma transformação da paisagem urbana, sobretudo nos espaços periféricos, que passam a conter loteamentos privados, condomínios fechados e autossegregados, com populações capazes de encontrar soluções próprias para a inserção urbana e, de outro modo, conjuntos habitacionais, descontínuos e desconexos à malha urbana, “oportunizando” a ampliação de desigualdades socioespaciais. Como afirmou Lefebvre (2001), o “urbanismo dos promotores de venda” tem como produto não apenas a moradia ou o imóvel, mas sim o urbanismo transformado em valor de troca.

62 A partir de comparações com estudos realizados pelo próprio governo brasileiro (Brasil, 2017; 2017a) constatou-se que em Marabá a localização do Residencial Tiradentes evidencia o aumento dos custos públicos para provimento de serviços de educação, saúde e transporte. A localização do empreendimento em questão, distante das centralidades e das áreas providas de equipamentos públicos torna necessário o deslocamento constante

da sua população, para a realização das atividades hodiernas, o que aumenta o custo de vida para uma camada social já marcada pela baixa remuneração. Não bastasse onerar a população, os gastos maiores deverão afetar também os cofres públicos, em função da ausência ou insuficiência de equipamentos como escolas públicas, unidades de saúde e linhas de transporte público.

- 63 Assim, observamos que apesar do PMCMV atender, em partes, o problema do déficit habitacional, ao garantir o novo *habitat* ao cidadão de baixa renda através dos conjuntos habitacionais da Faixa 1, por outro lado ele dissipa a participação do cidadão na vida urbana, ao *habitar*, dificultando seu acesso às centralidades, aos locais de encontro e trocas sociais e também aos instrumentos de reprodução social. Portanto, comparando a atual paisagem urbana periférica ao que Lefebvre (2001, p.83) chamou de subúrbio, parece-nos bastante atual ainda o questionamento elaborado pelo autor em questão: “Não seria mais coerente, mais racional e mais agradável ir trabalhar no subúrbio e morar na cidade do que ir trabalhar na cidade e morar num subúrbio pouco habitável?”.

Agradecimentos

- 64 Agradecemos o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil - através do Edital Universal 2016.

Bibliographie

BIDERMAN, Ciro et alii. Morar Longe: o Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão das Regiões Metropolitanas. São Paulo: CEPESP/FGV/Instituto Escolhas, 2019.

BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de lugar”. In: BOURDIEU, Pierre et al. A miséria do mundo. 9ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012, p. 159-166.

BRASIL. Portaria nº. 660, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração de projetos e estabelece as especificações técnicas mínimas da unidade habitacional e as especificações urbanísticas dos empreendimentos [...], no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília-DF, n.220, p.105, 16 nov. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Minha Casa + Sustentável. Caderno 1 – Análise de Custos Referenciais: Qualificação da inserção Urbana. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades / WRI Brasil, 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Minha Casa + Sustentável. Caderno 2 – Parâmetros Referenciais: Qualificação da inserção Urbana. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades / WRI Brasil, 2017a.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. “A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida”. In: MENDONÇA, J. P.; COSTA, H. S. M. (Org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 81-104, 2011.

CARDOSO, A.L.; LEAL, J.A.A. «Housing markets in Brasil: recent trends and Governmental Responses to the 2008 crisis». In: ISA International housing conference, Glasgow (Escócia), p.1-18, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14616718.2010.480859>>. Acesso em 08 set. 2019.

CARLOS, A.F.A. “A reprodução do espaço como momento da acumulação capitalista”. In: CARLOS, A.F.A (org.). Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015. p.25-35.

CATALÃO, I. «Dispersão urbana: apontamentos para um debate». Revista Cidades, Presidente Prudente, vol.12, n.21, p.250-277, 2015.

FIX, Mariana. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOMES, Patrícia Soares. O processo de inserção dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida e suas influências na dinâmica escolar: um estudo de caso do núcleo Morada Nova, Marabá-PA. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

INEP. IDEB – Resultados e metas. Atualizado em 30/08/2018. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em 13 maio 2019.

INEP. Complexidade da Gestão Escolar. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br>>. Acesso em 13 maio 2019.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ªed. São Paulo: Centauro, 2001.

MELAZZO, Everaldo Santos. «Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil». In: Mercator, Fortaleza, v.12, p.29-40, set.2013. Número especial (2).

MELAZZO, Everaldo Santos. “Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa minha casa minha vida em cidades médias brasileiras”. In: BELLET, Carmen et al. (Orgs.). Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p.373-396.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Procuradoria da República no Município de Marabá. Ação Civil Pública ACP 10011885-61.2019.4.01.3901, de 23 de Abril de 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/acao_mpf_reparos_urgentes_residenciais_pmcmv_tiradentes_vale_do_tocantins_marabapa_abril_2019.pdf> Acesso em 09 jan. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Parecer Técnico nº15/2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-deimprensa/documentos/2019/parecer_pericial_mpf_residenciais_pmcmv_tiradentes_vale_do_tocantins_marabapa-compactado.pdf> Acesso em 09 jan. 2020.

PÁDUA, R. F. «O habitar como horizonte utópico». Geusp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

PÁDUA, R. F. “Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários””. In: CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p.145-163.

PAULA, G.B.; NOGUEIRA, M.A.L.G. «Desigualdades socioespaciais e escolhas escolares». In: Educação, Santa Maria (RS), v.43, n.1, p.55-74, jan./mar.2018.

PEREIRA, Paulo César Xavier. “Reestruturação imobiliária em São Paulo (SP): especificidade e tendência”. In: SILVEIRA, R.L.L.; PEREIRA, P.C.X.; UEDA, V.

(orgs). Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p.45-63.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

SANFELICI, D. “As escalas de acumulação na produção das cidades”. In: CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p.121-143.

SHIMBO, Lúcia Z. “O “segmento econômico” do mercado imobiliário e os programas públicos: faces da política habitacional contemporânea no Brasil”. In: LEAL, S.; LACERDA, N. (orgs). Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil - França. Recife: Ed. UFPE, 2010, p.123-149.

SHIMBO, Lúcia Z. “Cidades médias carimbadas: a produção imobiliária por empresas construtoras de capital aberto”. In: PEREIRA, P.C.X. (org). Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidade da América Latina. São Paulo: FAUUSP, 2011. p.49-72.

SHIMBO, Lúcia Z. “Produção imobiliária, construção civil e política habitacional no Brasil: algumas categorias analíticas contemporâneas”. In: PEREIRA, P.C.X. (org.). Produção imobiliária e reconfiguração da cidade contemporânea. São Paulo: FAUUSP, 2017. p.83-100.

SILVA, William Ribeiro. “Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina-PR”. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (org.).

Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.215-234.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. “Produção imobiliária e crescimento urbano em cidades médias: Pelotas e Rio Grande (RS)”. In: SILVEIRA, R.L.L.; PEREIRA, P.C.X.; UEDA, V. (orgs). Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América

Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p.159-192.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano. O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) –

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,

SPOSITO, M.E.B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SPOSITO, M.E.B. «Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil». In: Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, p.114-139, 2004a.

SPOSITO, M.E.B. “Loteamentos fechados em cidades médias paulistas” - Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.175-197.

SPOSITO, M. E.B.; GOES, E.M. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, 2013. v. 1. 365p.

SPOSITO, M.E.B. «Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista». Scripta Nova (Barcelona), v. XI, p. 1-11, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>. Acesso em 10 jan. 2020.

VOLOCHKO, D. “Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano”. In: CARLOS, A.F.A. (org.). Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015. p.105-127.

Notes

1 Este trabalho é resultado do projeto “o Programa Minha Casa Minha Vida e a produção do espaço urbano no Sudeste Paraense: inserção urbana e/ou desigualdades socioespaciais em Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás”, financiado pelo CNPq através do Edital Universal 2016.





2 A partir de 2017 esse valor foi alterado para R\$ 1.800,00 (Brasil, 2017).




3 Os núcleos urbanos de Marabá são: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Félix e Morada Nova. O Residencial Tiradentes faz parte do núcleo Morada Nova.

4 Para o cálculo deste valor foi adotada a metodologia proposta em Brasil (2017), a saber: distância total diária percorrida (ida e volta), durante 254 dias úteis.

5 Conforme dados do IDEB (2018), para o ano de 2017, o IDEB observado para os Anos Iniciais na rede pública municipal de Marabá foi de 4,6. A meta estipulada para o mesmo ano havia sido de 4,4. No caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, o IDEB observado no município foi de 3,8. Já a meta estipulada era de 4,6.

Table des illustrations

	Titre	Figura 1 – Localização do Residencial Tiradentes em Marabá (PA)
	Crédits	Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-1.jpg
	Fichier	image/jpeg, 232k
	Titre	Figura 2 – Localização de empreendimentos do PMCMV em distintos contextos urbanos
	Crédits	Fonte: Brasil (2017)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-2.jpg
	Fichier	image/jpeg, 28k
	Titre	Figura 3 – Localização dos equipamentos de saúde mais próximos ao Residencial Tiradentes – Marabá/PA
	Crédits	Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-3.jpg
	Fichier	image/jpeg, 424k
	Titre	Figura 4 - Localização das Escolas de Ensino Fundamental mais próximas ao Residencial Tiradentes
	Crédits	Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-4.jpg
	Fichier	image/jpeg, 424k

	Titre	Figura 5 – Escolas de Ensino Médio no entorno do residencial Tiradentes
	Crédits	Elaboração: Souza e Ferreira Júnior (2020)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-5.jpg
	Fichier	image/jpeg, 416k
	Titre	Quadro 1 – IDEB das Escolas de Nível Fundamental dos núcleos de São Félix e Morada Nova, em Marabá (PA).
	Légende	*acima do IDEB do Município; **abaixo do IDEB do Município; NSA=Não se aplica
	Crédits	Organização: Souza (2020). Fonte: INEP (2018; 2019)
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-6.jpg
	Fichier	image/jpeg, 132k
	Titre	Figura 6 – Situação das vias do Residencial Tiradentes
	Crédits	Fonte: Pesquisa de Campo (2017). Autor: Marcus V. M. de Souza
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/34401/img-7.jpg
	Fichier	image/jpeg, 52k

Pour citer cet article

Référence électronique

Marcus Vinicius Mariano de Souza et Dionel Barbosa Ferreira Júnior, « A precarização do habitar e a financeirização do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA) », *Confins* [En ligne], 48 | 2020, mis en ligne le 20 décembre 2020, consulté le 28 décembre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/34401> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.34401>

Auteurs

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, marcussouza@unifesspa.edu.br

Dionel Barbosa Ferreira Júnior

Graduando em Geografia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Bolsista do CNPq, dioneljunior41@gmail.com

Droits d'auteur



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.